

Descentralização: Nampula diz não ao adiamento das eleições distritais 2024



Por: Ivan Maússe e Aldemiro Bande*

Cidadãos da Província de Nampula defendem a realização das eleições distritais em 2024, conforme prevê o n.º 3 do artigo 311 da Constituição da República (CRM). A posição foi apresentada no passado dia 20 de Julho, durante um debate público organizado pelo Centro de Integridade Pública (CIP) em parceria com Solidariedade Moçambique (SoldMoz), na cidade de Nampula. O evento tinha como objectivo auscultar a opinião de diferentes segmentos da sociedade sobre a viabilidade das eleições distritais marcadas para Outubro de 2024.

O debate contou com a participação de mais de 150 pessoas, provenientes de vários pontos da Província de Nampula, entre membros de partidos políticos, organizações da sociedade civil, associações juvenis e estudantis, comunidade religiosa e jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social.

O evento acontece numa altura em que a viabilidade das eleições distritais está no topo do debate público, dividindo opiniões de vários actores¹. Assim, quando faltam perto de duas semanas para o início da sessão extraordinária da Assembleia da República (AR), a ocorrer entre os dias 03 e 07 de Agosto próximo, que visa, entre outras matérias, adiar a realização das referidas eleições, através da alteração do n.º 3 do artigo 311 da CRM², em cumprimento do projecto de revisão constitucional proposto pela bancada Parlamentar da Frelimo³, o CIP procurou ouvir a opinião de outras vozes do país sobre a controvertida matéria⁴.

¹ DW, *Moçambique: Opiniões divididas sobre eleições distritais*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/distritais-ausculat%C3%A7%C3%A3o-da-ar-sobrep%C3%B5e-trabalho-da-comiss%C3%A3o-de-nyusi/a-66275646>, consultado a 20 de Julho de 2023.

Em caso de dúvidas, contacte: ivan.mausse@cipmoz.org

² Diário Económico, *Eleições Distritais Forçam Sessão Extraordinária do Parlamento*. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/07/19/economia/desenvolvimento/eleicoes-distritais-forcam-sessao-extraordinaria-do-parlamento/>, consultado a 20 de Julho de 2023.

³ DW, *Moçambique: Frelimo propõe revisão pontual da Constituição*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-frelimo-prop%C3%B5e-revis%C3%A3o-pontual-da-constitui%C3%A7%C3%A3o-para-adiar-elei%C3%A7%C3%B5es-distritais/a-65509638>, consultado a 20 de Julho de 2023.

⁴ Cfr. Vídeo do primeiro Debate Público realizado na Cidade de Maputo, em Fevereiro de 2023, em: <https://youtu.be/8kZgewZsKCw> & <https://www.youtube.com/watch?v=jio0Cq-qkMs>, consultado a 20 de Julho de 2023.

Este artigo apresenta as principais intervenções captadas no debate público realizado em Nampula⁵. As opiniões colhidas no evento constarão de um Relatório a ser depositado pelo CIP junto à Assembleia da República (AR), designadamente na primeira e quarta comissões: a Comissão de Legalidade, Assuntos Constitucionais e Legalidade e a Comissão de Administração Pública e Poder Local; e junto de outros autores relevantes sobre a matéria.

As vozes a favor da realização das eleições distritais em 2024

Entre os argumentos que defendem a realização das eleições distritais em 2024, destaca-se a necessidade de se respeitar um comando constitucional resultante dos acordos alcançados entre o Governo e a Renamo em 2018. Além disso, os cidadãos de Nampula, auscultados pelo CIP, entendem que a eleição do administrador distrital abre espaço para maior prestação de contas a nível local e, por conseguinte, para a melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Os trechos apresentados a seguir ilustram a opinião e os argumentos de quem está a favor das eleições distritais em 2024.



“Moçambique não é Maputo. Não realizar as eleições distritais é tirar a capacidade de os residentes dos distritos escolherem livremente quem os vai dirigir. Adiar as eleições distritais é condenar as populações dos distritos à direcção de um administrador estranho, imposto pelo poder central em Maputo. Estando as eleições distritais previstas na CRM elas devem ser obrigatoriamente cumpridas. Termos eleições distritais é colocar o povo no poder”.

- **Detua Belém**, membro da Associação dos Jovens Académicos de Moçambique.



“Não realizar as eleições distritais em 2024, nos retira a possibilidade de exigirmos a prestação de contas dos administradores escolhidos pelo Governo. Nós queremos escolher livremente os nossos líderes, para caso eles não cumpram com o seu manifesto, nós possamos exigir a sua responsabilização. Da maneira como as coisas estão, não temos espaço para cobrar, igual ao que acontece com o Presidente do Município que quando não cumpre suas promessas, nós lhe exigimos, e é basicamente isto que a descentralização visa. Devemos ir às eleições distritais até

porque tudo foi concebido como resultado dos consensos políticos para poder travar a tensão político-militar no País”.

- **Palmira Revula**, Coordenadora do Centro para Democracia e Direitos Humanos em Nampula.

⁵ Cfr. Vídeo do Debate Público em Nampula, realizado no dia 20 de Julho, disponível em: <https://fb.watch/IV2ffcC77V/?mibextid=2Rb1fB>, consultado a 20 de Julho de 2023.



“Infelizmente, o adiamento das eleições distritais em 2024 não é vontade dos moçambicanos, mas sim daqueles que detêm a maioria no Parlamento. E, por conta da ditadura do voto da maioria, haverá adiamento destas eleições, que na verdade beneficiam o povo. Não faz sentido, num país como nosso, dizer que não temos condições para ter assembleias distritais, isso porque em todos os distritos, temos pessoas e elas sempre sentam para discutir problemas locais. É só pegar isso e trazer na governação. Queremos alguém para nos prestar contas, directamente. Quem é nomeado pode ser exonerado, e não precisa ser responsabilizado”.

- **Niquice**, Representante dos Jovens de Nacala.



“Não há eleições distritais porque os administradores eleitos não terão capacidade de governar? Ou só queremos adiar eleições porque somos bons em violar as leis? Não é verdade que não há condições. Temos sim condições. E os jovens estão a ser muito passivos. Não exigem os seus direitos. E são estes que geralmente, quando há eleições, são responsáveis por produzir fraudes eleitorais. E se vamos as eleições distritais, os jovens devem ser mais vigilantes, exigirem a prestação de contas dos eleitos”.

- **Francisco Eduardo**, Presidente da Associação de Paralegais de Apoio para o Desenvolvimento da Comunidade.



“Devemos fazer sim eleições distritais, e nós, como sociedade civil, devemos concorrer para sermos membros das assembleias distritais, pois os partidos políticos quando se encontram nesses lugares só querem satisfazer suas vontades. Quando alguém está filiado a um partido político deve sempre servir os interesses do seu partido e não do povo. Logo, se formos para avançar para as eleições distritais, a sociedade civil deve concorrer para poder defender, de verdade, as preocupações da população, pois, no actual modelo, nós, como povo, somos apenas espantalhos, e só assistimos os outros a fazerem”.

- **Marshal**, Presidente da Associação dos Estudantes Investigadores.



“Não é momento para debater se eleições distritais são viáveis ou não. É momento de implementar. A Constituição já é clara. Devemos realizar as eleições. Não realizar as eleições é violar a lei, e violar a lei deve ser assumido como pecado. E também acho que é necessário que nós, como sociedade civil, comecemos a ter interesse em participar deste tipo de eleições, pois o poder é do povo, e nós, no nosso dia a dia, desenvolvemos trabalhos em prol das nossas comunidades, logo vamos também governar”. Depois de implementarmos, veremos, passado algum tempo, se valeu ou

não a pena. Logo, vamos ter sim administrador eleito para poder responder directamente ao povo que o elegeu, e assim evitamos até corrupção.

- Marcelino Pedro, Estudante Universitário.



“O sistema da descentralização traz desenvolvimento, porque se começa a ter resolução de problemas locais por pessoas que melhor conhecem aquele local. Num contexto em que o poder é centralizado, temos um líder na comunidade que nos foi imposto, e este está longe de cumprir com a vontade local porque não se identifica com os problemas da localidade. E mais do que isso, no sistema de nomeação não há autonomia nas suas três vertentes, neste caso a administrativa, patrimonial e principalmente financeira. Logo, o distrito fica

sempre dependente do governo central, e é por essa razão que os nossos distritos não estão a desenvolver como deve ser. Logo devemos, sim, descentralizar o distrito”.

- Machado Evaristo, membro da Associação de Jovens Protagonistas.



“Andamos a dizer que não há recursos financeiros para suportar eleições distritais em Moçambique, quando, em Moçambique, nós temos recursos. Muitos recursos. Afinal, os dinheiros desses recursos vão para onde? Há tantos milionários neste país, apanham onde dinheiro? Por que nós não pegamos nesse dinheiro fazer eleições e garantir que o próprio distrito seja capaz de se dirigir por si próprio”.

- Silva Raul, Representante da Organização dos Direitos Humanos.



“Até podemos ter eleições distritais, mas devemos pensar, agora, quais os constrangimentos que sucederiam depois da realização dessas eleições. Devemos prestar atenção às consequências que virão, porque nós estamos a andar a adoptar coisas ou modelos de governação que não se adequam à nossa realidade, mas sim dos europeus. Logo, temos de nos fechar, e pensar por nós próprios”.

Juvenal, cidadão.

As vozes a favor do adiamento das eleições distritais em 2024

No outro extremo, apesar de número considerável dos cidadãos de Nampula, auscultados pelo CIP, entender que as eleições distritais devem ser realizadas em 2024, alguns partilham um posicionamento oposto, defendendo a ideia de que não há condições para o efeito. Este é o caso do jovem Émerson Machava que entende não haver condições económico-financeiras para o funcionamento dos órgãos de governação descentralizada distritais, sugerindo, assim, a interrupção do debate em curso e a concentração de esforços em soluções técnicas para o desenvolvimento dos distritos.



“Vamos reflectir sobre as condições para a realização das eleições distritais. Se avançarmos com a eleição do administrador, haverá todo um elenco de governação distrital, cujo exercício de funções irá demandar receitas do Estado. Vai-se gastar muito dinheiro. Por que não paramos com este debate procurarmos técnicos capazes de trabalhar para o desenvolvimento dos distritos? Por que não criamos primeiro condições para, mais tarde, realizarmos as eleições distritais?”
Émerson Machava – Estudante Universitário



Outro argumento contrário à realização das eleições distritais foi apresentado pelo estudante Marcelino Nazaré, que também defende a ideia de que não há recursos para o efeito.

“Não às eleições distritais porque o Estado não tem dinheiro para fazer funcionar a sua máquina administrativa. Por exemplo, no actual modelo de descentralização, há autarquias que não conseguem prestar serviços públicos de qualidade para os cidadãos. Por isso, na minha opinião não há condições para realização das eleições distritais”. **Marcelino Nazaré** – Estudante Universitário.

O CIP entende que estas e outras intervenções apresentadas durante o evento reflectem a opinião dos cidadãos de Nampula sobre a viabilidade das eleições distritais. Por essa razão constarão de um Relatório a ser depositado pelo CIP na Assembleia da República.

O evento foi organizado no âmbito do Programa Igual, implementado pelo Centro de Capacitação e Aprendizagem da Sociedade Civil (CESC) e financiado pelos Países Baixos. O primeiro evento foi realizado na Cidade de Maputo, em Fevereiro passado⁶. Nos próximos dias mais eventos similares serão realizados em outras capitais provinciais do país.

⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=jio0Cq-gkMs&t=68s>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Financiado por:



Reino dos Países Baixos



Parceiros do CIP:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



UKaid
from the British people

Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autores: Ivan Maússe e Aldemiro Bande

Revisão de Pares: Borges Nhamirre & Edson Cortez

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[@CIP.Mozambique](https://www.facebook.com/CIP.Mozambique) [@CIPMoz](https://www.instagram.com/CIPMoz)
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique